



## A QUESTÃO DO TRABALHO NOS TERRITÓRIOS DE LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA: ACAMPAMENTOS MUNDO NOVO E BEZERROS

---

Romina Baroni Cecato  
*Universidade Federal da Paraíba*

Edvaldo Carlos de Lima  
*Universidade Estadual da Paraíba*

### **Resumo**

O presente trabalho tem como intuito a análise e a compreensão da luta pela terra e pela reforma agrária, a partir dos acampamentos localizados em áreas semi-áridas e subúmidas secas, suscetíveis à desertificação dos Estados da Paraíba e de Pernambuco. O trabalho de campo procurou estabelecer uma ponte entre a realidade e os conceitos teóricos. De fato, devido à metodologia aplicada, compreendemos que os acampamentos compõem como o primeiro passo para que a luta dos trabalhadores sem terra territorialize-se. A territorialização, nesse contexto, expressa-se através do desenvolvimento do processo de luta pela conquista da terra, a qual ocorre através das ocupações e do estabelecimento dos acampamentos. Entende-se que o trabalho é, indubitavelmente, compreendido como a atividade desenvolvida pelos homens e mulheres que transformam a natureza em meio de subsistência, assim como a necessidade natural e permanente que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a existência da sociedade. Desse modo, os trabalhadores rurais necessitam da terra para produzir o mínimo que reclamam as suas necessidades materiais mais prementes e, portanto, o indispensável à sua dignidade. Os acampamentos visitados e analisados estão localizados em áreas semi-áridas e subúmidas secas, caracterizadas pela escassez da água, em boa parte do ano, e por solos relativamente mais pobres do que os das demais zonas geoeconômicas do Nordeste. De acordo com Carvalho & Egler (2003, p.22), no semi-árido, as secas continuam produzindo impactos negativos sobre as atividades humanas, tanto em termos ambientais, quanto econômicos e sociais. Dessa maneira, os trabalhadores rurais, além de enfrentarem todos os óbices que se colocam no caminho do acesso à terra e ao trabalho, têm que encontrar alternativas para conviver com a seca, encontrando os meios de prover sua subsistência.

**Palavras-chave:** Trabalho. Territorialização. Semi-árido.

### Resumé

Ce travail a par but l'analyse et la compréhension de la lutte pour la terre et pour la réforme agraire, par des occupations faites sur des "campings" situés sur des zones semi arides et sub-humides sèches, susceptibles de devenir desertes, dans les États de Paraíba et Pernambuco. Ainsi, nous faisons ce travail sur le champs, sur place, visant établir une liaison entre la réalité et les concepts théoriques, c'est à dire, la dialectique. En fait, en raison de la méthodologie appliquée, nous comprenons que les "campings" sont le premier pas pour que la lutte des travailleurs sans terre se "territorialise". "Territorialiser", dans le sens que nous voulons donner au mot, veut dire se développer à travers le processus de lutte pour la conquête de la terre, ce qui arrive par les occupations (du territoire) et l'établissement des travailleurs dans les "campings". Dans ce contexte, le travail est, sans aucun doute, compris comme activité développée par les hommes et les femmes qui transforment la nature en moyen de subsistance, ainsi que la nécessité naturelle et permanente du métabolisme entre l'homme et la nature et, donc, l'existence de la société. De cette façon, les travailleurs ruraux ont besoin de terre pour produire le minimum qui demandent ses nécessités matérielles les plus urgentes et, donc, indispensable à leur dignité. Les "campings" visités et analysés sont situés sur zones semi arides e sub humide sèches et caractérisée par le manque d'eau pendant une bonne partie de l'année, et par de sols relativement plus pauvres que ceux des autres zones géoéconomiques du Nordeste. Selon Carvalho & Egler, 2003, p. 22, (informations de l'Atlas des zones susceptibles de désertification au Brésil), au semi aride, les sécheresses continuent à produire des impacts négatifs sur les activités humaines, soit pour ce qui est de l'environnement, soit pour ce qui concerne les questions économiques et sociales. Ainsi, les travailleurs ruraux, en plus de se heurter à tous les problèmes qui se trouvent sur le chemin de l'accès à la terre e au travail, doivent trouver des alternatives pour survivre à la sécheresse, en trouvant les moyens de pourvoir à sa subsistance.

**Mots-clés :** Travail. Territorialisation. Semi-aride.

### INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países cuja estrutura fundiária se apresenta pelo domínio absoluto do latifúndio, da grande propriedade de terras. A estrutura fundiária brasileira é um dos temas mais relevantes e polêmicos da questão agrária do país. Nesse sentido, objetivamos no artigo proposto expor a análise e a compreensão da luta pelo trabalho e pela a democratização das terras, a reforma agrária, através dos acampamentos localizados em áreas semi-áridas e sub-úmidas secas, suscetíveis à desertificação nos Estados da Paraíba e Pernambuco.

Dessa maneira, é relevante registrar que a estrutura fundiária corresponde a uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa como está

organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração (ANDRADE, 1980, p.16). Portanto, entendemos que essa distribuição de terras no Brasil hoje, é resultado da herança do passado, ou seja, percebemos que hoje o sistema de posse e uso da terra se constitui em uma continuação do sistema implantado no período colonial. Assim, podemos dizer que a estrutura fundiária brasileira é um dos temas mais relevantes e polêmicos da questão agrária.

De acordo com Stedile (2005, p.15), na Geografia utilizamos à expressão “questão agrária” para expor a forma de como as sociedades, como as pessoas se apropriam da utilização de uns dos principais bens da natureza, a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Portanto, compreendemos que o conhecimento geográfico trata da descrição e análise da distribuição espacial das condições que formam a base material para a reprodução da vida social, analisando também as relações entre essas condições e a qualidade de vida social sob um determinado modo de produção (HARVEY, 2001, p.162).

Desse modo, compreendemos que o território brasileiro funcionou sempre subordinado aos interesses do capital estrangeiro, em que teve perpetuadamente seus ditames baseados na lógica de acumulação do capital. Assim, para apreendermos a questão agrária e a estrutura fundiária brasileira, é relevante abordarmos alguns aspectos da história do país.

### **Aspectos do processo histórico da questão agrária brasileira e paraibana**

Este texto trata, de uma forma sintética, do processo histórico da questão agrária brasileira e paraibana, tendo, como intuito maior, o de mostrar como as classes dominantes apropriaram-se da utilização de um dos principais bens da natureza, a terra, para se reproduzir socialmente no espaço. Dessa maneira, é através do método dialético fundamentado na teoria do materialismo histórico, que temos a possibilidade de analisarmos as questões acima expostas, voltando historicamente ao passado tentando entender o concreto real e realizando a ponte entre o as questões teóricas e a realidade. É através desse método e dessa teoria que compreendemos a reprodução social transversalmente atrelada à reprodução material em sua base: o território.

Em 1550, quando ocorreu a invasão portuguesa no território brasileiro, os colonizadores o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, apoderando-se do território através da sua preponderância econômica e militar, impondo através desse processo as leis e as vontades da Monarquia portuguesa. É sabido, que antes da invasão colonial o país era habitado por nativos que ainda viviam da caça, da pesca, da coleta e de uma incipiente agricultura. Esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em agrupamentos de cem a quinhentas famílias. Não havia entre

eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza, todos os recursos naturais eram utilizados no sentido de atender as necessidades de sobrevivência social do grupo (STEDILE, 2005, p.18). Iniciada a colonização portuguesa, implantaram os invasores o sistema das sesmarias em que os donatários das capitanias hereditárias doavam terras aos seus amigos e companheiros que tivessem condições financeiras de mantê-las. Assim, através desse sistema transplantado de Portugal, iniciaram-se no país os latifúndios, as grandes extensões de terras a perder de vista. Depois que os invasores tomaram todo território, o país se tornou um espaço alienado, pois, toda sua estrutura e organização foram voltadas para atender as necessidades de acumulação do capital mercantil da metrópole (Portugal). Todas as atividades produtivas e extrativas visavam o lucro, tudo era transformado em mercadoria para ser exportado. Tal modelo de produção, regido pela égide das leis capitalistas, em que produzia produtos minerais e agrícolas para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado de modelo agroexportador. De toda a produção feita em território brasileiro, mais de oitenta por cento era exportado.

O modelo adotado para organizar as unidades produtivas agrícolas era o plantation. Segundo Stedile (2005, p. 21) esse modelo era a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se em um único produto, destinando-o à exportação. Em geral, essas culturas foram à cana-de-açúcar, o cacau e o algodão. A mão-de-obra utilizada para o desenvolvimento desse modelo, inicialmente, era a nativa. Na medida em que a colonização evoluiu para a apropriação da terra, para a exploração e sujeição do nativo, este reagiu. Assim, foi devido a essa reação que a maior parte dos nativos foi exterminada pelos colonizadores.

Na Paraíba a situação não se diferenciou da maior parte do território brasileiro. Dessa maneira, a submissão do espaço paraibano à dominação portuguesa foi acompanhada pelo massacre da população nativa. A monocultura que se destacou em função do modelo agroexportador, foi à cana-de-açúcar, que era produzida no litoral do Estado. A evolução dessa atividade teve influência na ocupação e no povoamento paraibano. De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 32-33), o litoral se baseou na produção canavieira, pois, as melhores terras férteis se localizavam nessa porção. Resultava, daí, uma divisão regional do trabalho, para melhor atender as necessidades da metrópole colonizadora. Por isso, o litoral produzia a monocultura canavieira e o interior do estado se voltava para a produção de gêneros alimentícios e da pecuária.

Em função da reação nativa, a mão-de-obra escrava foi substituída pelos negros trazidos da África. Dessa forma, os africanos foram a base da economia colonial e, em sua condição de escravos, foram tratados como mercadorias, propriedades dos colonizadores. Nessa mesma condição, não eram sujeitos de direitos, mas objeto de uma relação jurídica ignóbil. A esse propósito diz Oliveira:

Foi assim que, em função dos interesses comerciais, o tráfico de escravos constituiu-se em uma atividade rendosa por vários séculos. [...] O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele. Assim, na economia colonial, sob o comando da circulação, o próprio escravo era mercadoria. Portanto, o comércio de escravos permitia a obtenção de lucros antes que se produzisse mercadoria. (OLIVEIRA, 2007).

Em 1850, a Coroa promulgou a primeira lei de terras do país. Esta decorreu das pressões inglesas que a Monarquia vinha sofrendo, no sentido de substituir a mão-de-obra escrava pela assalariada, pois, já se avistava a inevitável abolição da escravatura. O referido diploma legal objetivava também evitar que os escravos, uma vez libertos não se tornassem donos de terras. Foi através desta lei que as sesmarias foram extintas, instituindo-se um novo regime fundiário. Essa lei atribuiu à terra um caráter monopolista, visto que, o acesso a esta passava a ser unicamente através da compra. Dessa maneira, quem controlava as terras eram os grandes fazendeiros que, por sua vez, controlavam o Estado. De acordo com Stedile (2005, p.22), a principal característica desta lei foi à implantação no Brasil da propriedade privada das terras. Esta lei proporcionou fundamento jurídico à transformação da terra, que é um recurso natural e não deveria ter valor, em mercadoria. Desse modo, a lei normatizou a propriedade privada da terra, regulamentando e consolidando o modelo da grande propriedade rural.

Nesse período, a história das lutas sociais e das revoltas populares registrou muitas mobilizações através das resistências dos negros com as fugas e formações dos “quilombos”. As mencionadas lutas deixam nítidas as reações dos trabalhadores escravizados em relação às condições de vida e de trabalho a eles impostas. Em 1888 acontece a libertação desses trabalhadores, através da Lei Áurea. É também o fim do modelo plantation (unidades produtivas desenvolvidas pelo modelo agroexportador durante o período colonial). Contudo, a saída encontrada pelas elites rurais com o intuito de salvar a agroexportação, foi realizar uma intensa propaganda na Europa para atrair camponeses pobres, excluídos pelo avanço do capitalismo industrial, no final do século XIX.

Nesse quadro surge o campesinato brasileiro. Segundo Stedile (2005, p. 27) esse campesinato foi formado por duas vertentes: a primeira que trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa para trabalhar na agricultura do país e a outra que teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos quatrocentos anos de colonização. Essa população que também era impedida, pela Lei de Terras de 1850, a se transformar em pequenos proprietários, passou a migrar para o interior do país. Conseqüentemente, o

mesmo ocorreu no Estado paraibano. A longa caminhada para o interior tinha por objetivo a dedicação às atividades de produção agrícola de subsistência.

O ano de 1930 marca uma nova fase econômica do país. Nesse período, favorecidos pela anterior queda da Monarquia e estabelecimento da República no país, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe e fazem uma “revolução” política, tomando o poder das elites rurais exportadoras e impondo um novo modelo econômico: o da industrialização dependente. Assim, esse período caracteriza-se pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria (Stedile, 2005, p.28). Ou seja, é o agronegócio sendo implantado no país. Este é um processo caracterizado pela “modernização” da agricultura, é o período em que o trabalhador do campo é obrigado a se submeter aos ditames do mercado, ao novo modelo econômico que mais uma vez está sujeitado a atender os interesses do capital estrangeiro.

As referidas mudanças são diretamente responsáveis pelas profundas modificações nas relações de trabalho no campo e na cidade. Delas decorre também a expropriação/expulsão dos trabalhadores do campo, visto que, no momento em que o trabalhador rural não tem acesso à terra, a sua única opção é migrar para as cidades vizinhas em busca de outras formas de sobrevivência material. Trata-se, dessa forma, da luta pelo trabalho, elemento indispensável a condições de vida digna. Segundo Marx (2001, p.571), o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida. Ou seja, é através do trabalho que o ser humano tem a possibilidade de transformar a natureza em meio de subsistência. De fato, o labor deve ser entendido como uma categoria fundante do ser humano.

Em seguida, com os regimes políticos que foram sendo implantados no país, as classes trabalhadores se envolveram em um processo de resistência e de enfretamento das políticas de desenvolvimento agropecuário e na luta pela democracia e pelos direitos a uma vida justa e digna. As novas formas de luta no campo e na cidade acontecem com maior vigor no país, e conseqüentemente na Paraíba. Nesse sentido, as Ligas Camponesas, que nasceram em Pernambuco, se inseriram como o mais importante movimento social camponês, organizado pelo povo no período entre 1954 a 1964. Porém, com o golpe militar de 1964, elas foram derrotadas. De acordo com Stedile:

As Ligas Camponesas se inserem como o mais importante movimento social camponês, organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. Nesse sentido, as Ligas são parte do condutor da história das lutas

sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias atuais. [...] O contexto geral em que se desenvolveram as Ligas Camponesas foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964. (2006, p. 12).

Entre os movimentos ideologicamente fundamentados pelas Ligas Camponesas, está a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e a Via Campesina. Assim, é devido às forças atribuídas aos movimentos sociais contemporâneos pelas Ligas Camponesas, que os trabalhadores rurais vêm acumulando forças sociais e práticas em defesa de seus ideais e necessidades, através de um novo processo de conquistas na luta pela terra: as ocupações. Nesse sentido, destacamos nesse artigo as ocupações de terras via acampamento.

### **O processo de ocupação de terras a partir dos acampamentos**

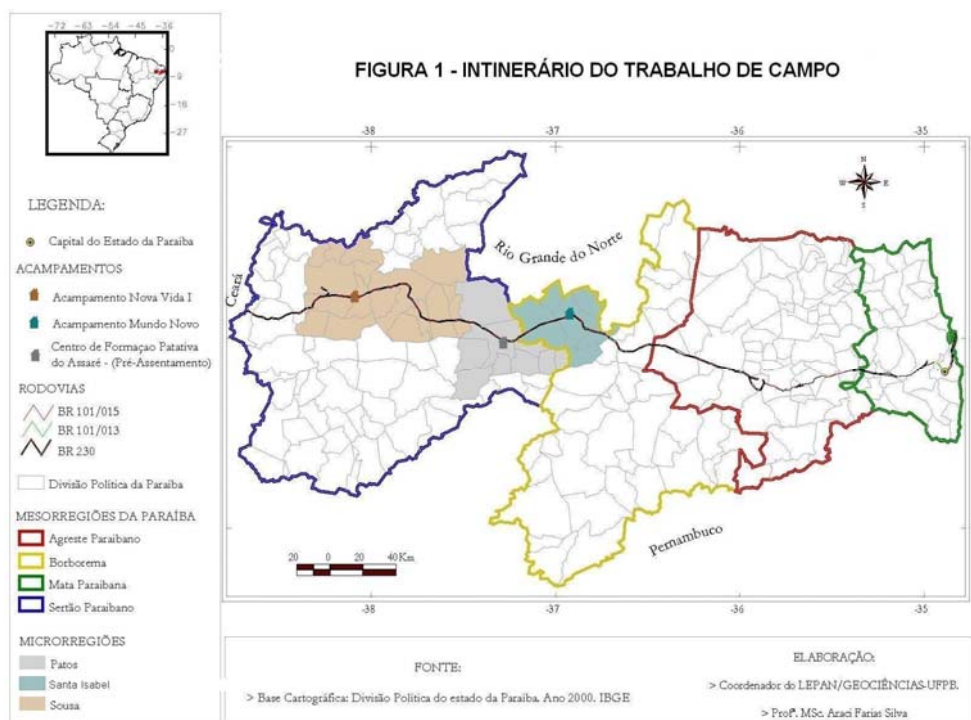
Os acampamentos visitados durante os trabalhos de campo, nos Estados da Paraíba e Pernambuco, comparecem como novas territorialidades da luta pelo acesso ao trabalho e à terra. Assim, é através da resistência dos trabalhadores contra a exclusão/expropriação/expulsão, que foi criada essa forma política para que eles se ressocializassem, lutando contra os grandes latifundiários e contra a territorialização do capitalismo exploratório, vigente no país. Portanto, os acampamentos são uma forma de materialização da luta da classe trabalhadora do campo. Dessa maneira, o acampamento é uma porção do território, é o primeiro passo para que a luta dos trabalhadores resulte na territorialização do espaço. Territorializar significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, o qual ocorre através das ocupações e estabelecimento dos acampamentos. (FERNANDES, p. 1).

Registra-se que a ocupação, via acampamento, tem início com o trabalho de conscientização da base, realizado por um representante ou militante do acampamento, pelos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária ou por sindicatos de trabalhadores rurais. Na Paraíba, este trabalho recebe apoio da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT e de um dos movimentos mais importantes do campo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar. Ela foi um dos primeiros movimentos sociais a chegar à Paraíba. Os trabalhadores rurais que lutavam contra a territorialização do capital, além



do apoio da CPT, passaram a contar também com o apoio do MST, a partir de 1989.

Em Pernambuco, a luta não se diferencia do restante da região Nordeste, ou seja, é a luta pela democratização e acesso à terra, pelo direito ao trabalho, pelo direito a educação, à saúde, moradia, crédito agrícola, enfim, o direito por uma vida digna e justa. Todos esses conflitos ficam estampados na territorialização dos acampamentos Nova Vida I (PB) e Bezerras (PE), localizados em áreas semi-áridas e sub-úmidas secas, suscetíveis à desertificação, apresentando elevadas ocorrências de secas, enclaves de vegetação da caatinga com solos pobres e pedregosos. Porém, no primeiro acampamento, que é acompanhado pela CPT, as condições climáticas diferem do segundo. Isto porque, apesar de estar localizado em uma área suscetível à seca, o mesmo se encontra nas várzeas de Sousa (mapa itinerário do trabalho de campo; foto 1 e 2). Este local difere das outras áreas do sertão paraibano, pois se localiza na bacia sedimentar do Rio do Peixe, possuindo terras bastante férteis, possibilitando dessa maneira o desenvolvimento de algumas culturas para a subsistência do trabalhador do campo, assim como o milho, feijão, pepino entre outras (fotos 3 e 4).



**Mapa 1:** Acampamento Nova Vida I/ Itinerário do trabalho de campo/Paraíba.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2008/ Base Cartográfica: Divisão Política do Estado da Paraíba. Ano 2000, IBGE.





**Foto 1** – Acampamento Nova Vida I/Paraíba - A cruz, símbolo da CPT.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.



**Foto 2** – Acampamento Nova Vida I/Paraíba - Precariedade das condições de vida.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.



**Foto 3** - Acampamento nova Vida I/ Paraíba - Produção do feijão para o consumo. **Fonte:** Trabalho de campo, 2007.



**Foto 4** - Acampamento Nova Vida I/ Paraíba - Produção do milho para a subsistência. **Fonte:** Trabalho de campo, 2007.

Porém, em outras épocas do ano quando ocorre o período da estiagem, os trabalhadores do campo têm que procurar outra maneira de sobreviver, e a alternativa encontrada por eles são os trabalhos assalariados, formalizados ou não. Desse modo, os trabalhadores rurais sem terra de uma forma ou de outra acabam por vender a sua força de trabalho ao capitalista, rendendo-se assim à

lógica acumulativa do capital. Evidentemente, essa busca por outras formas de sobrevivência se prende a uma dinâmica do próprio trabalho. Essa dinâmica geográfica do trabalho ou as mutações do trabalho, por sua vez, têm origem em fatores distintos, mas que podem estar combinados: as condições climáticas (nesse caso, a falta de água para o plantio) e a ausência de políticas públicas que lhes garantam o enfrentamento dos obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades rurais.

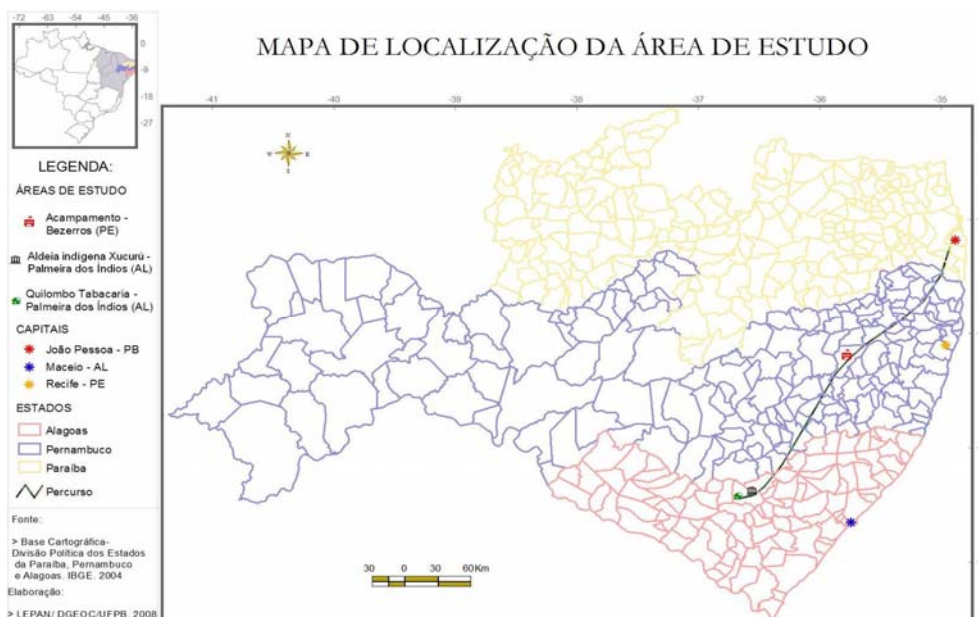
No acampamento Nova Vida I as famílias acampadas recebem uma ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Essa ajuda consta de cestas básicas que deveriam ser fornecidas mensalmente, mas o são de fato, sempre com muito atraso. O acampamento referido vem sendo estudado desde o início do ano de 2007. Esse acampamento existe há quatro anos. Em nosso último trabalho de campo (2008), constatamos algumas mudanças, tais como: a transferência do acampamento de um lado da BR 230 para outro; a escola que antes ficava em um casebre construído pelos acampados agora se situa numa sala mais confortável, com cadeiras escolares (embora a situação do ensino ainda é precária, como também o é a assistência médica); percebe-se, ainda que o volume de trabalho aumentou para os acampados, tendo em vista a mudança do local e a necessidade da reorganização do ambiente. Por outro lado, a luta continua na esperança que têm esses trabalhadores de sair da marginalização e de viver dignamente através do trabalho, seja assalariado, não formal ou a labuta da roça.

No segundo acampamento, localizado no semi-árido do Estado de Pernambuco, no município de Bezerros, a situação dos acampados é visivelmente pior se comparada ao primeiro acampamento (ver mapa de localização da área de estudo). Em primeiro lugar o acampamento não tem nome, pois as famílias que ali estão acampadas não sabem informar. De resto, não sabem nem mesmo dizer se algum movimento social os apóia (foto 5).





Foto 5 – Acampamento em Bezerros/ km 112/ Pernambucano – Barracos e lixo.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2008.



Mapa 1: Acampamento Bezerros/Mapa de localização da área de estudo/PE.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2008/ Base Cartográfica: Divisão Política do Estado da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. IBGE: 2004.

Porém, a luta que ali se desenvolve é a mesma que dos demais acampamentos rurais. As pessoas que lá estão acampadas, além de terem a plena consciência de que aquela forma de luta pelo acesso à terra e ao trabalho é a única maneira que elas têm de materializar sua sobrevivência, as mesmas enfrentam todos os óbices encontrados ao conviver com a seca. As características da paisagem encontradas nesse local são semelhantes as do semi-árido. Os solos são visivelmente pedregosos, sendo pobres e impossibilitando, dessa maneira, o desenvolvimento de alguma cultura para a subsistência. No semi-árido, as secas continuam produzindo impactos negativos sobre as atividades humanas, tanto em termos ambientais, quanto econômicos e sociais. Tais impactos são mais agudos em função do ainda baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas naqueles espaços (foto 6). (Carvalho & Egler, 2003, apud Atlas das áreas suscetíveis à desertificação no Brasil, 2007, p. 22).



**Foto 6** – Acampamento em Bezerros/Semi-árido pernambucano – Barracos utilizadas como moradia.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.

A partir das fotos (5 e 6), percebemos a difícil situação em que esses trabalhadores e trabalhadoras rurais acampados se encontram. A alternativa encontrada por eles para o desenvolvimento da subsistência nessa área do semi-árido, foi à procura de trabalhos assalariados, formalizados ou não, em cidades vizinhas. Porém, poucos conseguiram algum trabalho desse tipo. Dessa maneira, outra saída encontrada por um dos chefes de família foi a criação de animais para



a promoção da sobrevivência de sua família (fotos 7 e 8), tudo sempre em precariedade de condições.



**Foto 7** – Acampamento Bezerros/ PE - Criação de bode.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.



**Foto 8** – Acampamento Bezerros/PE - Criação de aves.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto abordado, particularmente no que se refere aos dois acampamentos que estudamos e analisamos, leva a algumas considerações finais. Em primeiro lugar, vale lembrar que o que ocorre no Nordeste, com relação à marginalização de trabalhadores rurais que não têm acesso à terra e ao trabalho, é o mesmo que ocorre em outras partes do país, apenas com algumas particularidades. Porém, devemos deixar claro que todo o contexto e os problemas sociais que acima foram abordados, são resultados do período colonial; da origem do latifúndio no Brasil. Registra-se, que essa análise foi desenvolvida partindo dos trabalhos de campo realizados, fundamentados no materialismo histórico dialético, a fim de compreendermos a gênese da questão agrária e do latifúndio sob a acumulação do capital. Assim, o registro histórico da forma de produção e utilização da mão-de-obra escrava, se reproduz através do avanço do modo de produção capitalista, no campo e na cidade. Por outro lado, os trabalhadores marginalizados pela ausência de terra e de trabalho não contam com uma verdadeira política de reforma agrária, apesar de haver preceito constitucional a respeito. Também não contam com políticas públicas de apoio aos acampamentos. O apoio dispensado parte dos movimentos sociais do campo, como a CPT e o MST, e da cidade.

Os estudos feitos nos acampamentos Nova Vida I/ PB e Bezerros/PE denunciam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores sem terra, antes de tudo para enfrentar a fome e a falta de moradia digna e, em seguida, para arrostar os problemas advindos da condição não oficial na ocupação das terras. Eles sabem, evidentemente, que podem ser enxotados a qualquer momento, visto que não são proprietários. A luta é, dessa forma, contínua na busca de manutenção do que já adquiriram nos acampamentos e pelos direitos que sempre lhes foram negados: o acesso à terra, ao trabalho, a moradia, saúde, educação, enfim, direitos básicos que todos os cidadãos, segundo os preceitos da Constituição, devem ter acesso.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- \_\_\_\_\_. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Atlas S.A., 1986.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª edição, 2002.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CASTRO, Iná Elias de e alli. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2007.



CECATO, Romina Baroni e al. O processo de ocupação de terras no sertão paraibano: o caso dos acampamentos Várzeas de Sousa e Verdes. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Londrina, 2007.

CECATO, Romina Baroni; FONSECA, Helen Nunes Cosmo da; LIMA, Edvaldo Carlos de. A atuação do MST e a luta pela terra na Paraíba, 1985 – 2008. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A formação do MST. Disponível em: <http://www.landlles-voices.org/vieira/archiev-05.phtml?rd=MSTITSSG356&ngsc>. Acesso em: 24/3/2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª edição, 1981.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2005.

LESSA, S. e TONET, I.. Introdução à filosofia de Marx. Disponível em: [www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget). Acesso em: 15 ago. 2007.

LIMA, E. C. de. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. Dissertação de Mestrado, 138 p.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de formação da mais-valia. In: O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, Vol.I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

Marx e Engels. O manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MOREIRA e TARGINO. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária, UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 10, nº10, Jan.-jun./2007, p.72-93.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os mitos do agronegócio no Brasil. XII Encontro Nacional do MST, São Miguel do Iguaçu, PR, 2004.

\_\_\_\_\_. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Stedile, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 224 p.

\_\_\_\_\_. Latifúndio: o pecado brasileiro. Disponível em: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org). Acessado em 27/05/2008.

Contato com os autores: [romina.cecato@gmail.com](mailto:romina.cecato@gmail.com); [edvaldo.edvlima@gmail.com](mailto:edvaldo.edvlima@gmail.com)  
Recebido em: 09/01/2009  
Aprovado em: 12/06/2009